

# DIRETRIZES PARA OS PROGRAMAS DE USO PÚBLICO DO INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SMA

Ana Lúcia Arromba CERVANTES'  
Airton BERGAMASCO'  
Cássia de Jesus CARDOSO'  
Hideyo AOKI'  
Ivan Suarez da MOTA'  
Janina ADAMENAS'  
Manoel de Azevedo FONTES'  
Maria de Jesus ROBIM'  
Marlene Francisca TABANEZ'  
Sueli HERCULIANI'

## RESUMO

Elaborou-se as Diretrizes para os Programas de Uso Público do Instituto Florestal do Estado de São Paulo visando normatizar, direcionar e homogeneizar esses programas, orientando-os para um objetivo comum que é o atendimento às populações. As diretrizes ora apresentadas resultam da experiência que o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Instituto Florestal têm acumulado nos dez anos de sua existência.

**Palavras-chave:** Diretrizes, programas de uso público, educação ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

O Instituto Florestal criado pelo Decreto 52.370 tem como atribuição a abertura e adequação de suas Unidades para o uso público.

Essa atribuição foi sendo cumprida ao longo dos anos como conseqüência da demanda ou pressão urbana e/ou como conseqüência de iniciativas das próprias Unidades.

A elaboração de diretrizes para os diferentes programas de Uso Público visa normatizar, direcionar e homogeneizar esses programas de forma a não se perder de vista as suas particularidades intrínsecas, porém orientá-los para um objetivo comum que é o atendimento às populações.

As diretrizes que estão sendo propostas são fruto de uma experiência de mais de dez anos e foram elaboradas por uma equipe multidisciplinar que integra o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Instituto Florestal.

Ao se elaborar essas diretrizes procurou-se enfocar os aspectos mais significativos que envolvessem o público e as características ambientais das Unidades do Instituto Florestal.

## ABSTRACT

The directives to the Public Use Program of the Instituto Florestal of São Paulo State is presented, with the objective to standardize and direct these programs. The directives are the result of experience that the work group of the Environmental Education of the Instituto Florestal accumulated in ten years of existence

**Key words:** Environmental education, directives, Public Use Programs.

A implantação de uma área destinada ao uso público deve ser precedida da definição de seus objetivos gerais e específicos, que deverão estar interligados nas metodologias e nas estratégias a serem adotadas.

São definidos nestas diretrizes os pontos que devem ter maior destaque como é o caso da Educação Ambiental e da Interpretação da Natureza, bem como a Infra-estrutura mínima que devem conter as Unidades de Conservação do Instituto Florestal para satisfazer as necessidades do público visitante de modo a causar o mínimo impacto ao ambiente.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Gerais

O Programa de Uso Público do Instituto Florestal tem por objetivo propiciar lazer, recreação e educação ambiental à comunidade, bem como despertar uma consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais das Unidades de Conservação sob sua administração.

A implantação de programas de uso público está sendo incentivada com a finalidade de conscientização

(1) Instituto Florestal C. P. 1322 - 01059 - São Paulo - SP, Brasil.

das relações mútuas entre o homem e o meio ambiente e seus impactos. Estes programas levarão a uma mudança de atitude que, em última análise, reverterá na própria conservação das Unidades.

## 2.2 Específicos

- a) considerar a interdisciplinaridade nos subprogramas
- b) considerar na implantação da Infra-estrutura as condições físicas e culturais da região, para a manutenção da harmonia da natureza
- c) divulgar conhecimentos ecológicos, de pesquisa e experimentação desenvolvidos nas Unidades
- d) demonstrar a importância do papel social, cultural e ecológico das Unidades
- e) amenizar os problemas específicos das Unidades (invasões, desmatamentos, extração de produtos naturais, assoreamentos dos mananciais, incêndios, caça, pesca, usos indevidos, etc.), através de um trabalho integrado com a comunidade
- f) realizar pesquisa e experimentação em comunicação ambiental
- g) estabelecer estratégias de avaliação para os programas implantados
- h) promover eventos especiais e datas comemorativas (Semanas do Meio Ambiente, da Árvore e da Criança, etc.)
- i) estimular uma apreciação da natureza através dos aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores;
- j) caracterizar o público visitante e as comunidades circunvizinhas às Unidades
- k) estabelecer um intercâmbio com os diversos segmentos da comunidade para a conservação dos recursos naturais destas Unidades
- l) promover encontros, cursos e debates com as comunidades locais (professores, usuários da comunidade, clubes de serviço, associações de classe, lideranças, etc.) sobre temas ligados ao meio ambiente
- m) oferecer à população maiores oportunidades e facilidades de lazer
- n) desenvolver programas contínuos, permanentes e sistematizados em educação
- o) formar e reciclar monitores, guias, vigias e demais funcionários das Unidades
- p) identificar os meios de comunicação locais (jornais, revistas, rádios, cinemas, feiras, exposições, murais, etc.) e
- q) divulgar os trabalhos, as atividades, os conceitos conservacionistas e as riquezas naturais das Unidades nos meios de comunicação.

## 3 METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS

O estabelecimento de metodologias utilizadas nos Programas de Uso Público deve estar diretamente ligado

aos objetivos do planejamento das Unidades de Conservação.

O Programa de Uso Público pode compreender os subprogramas de Educação Ambiental, Interpretação da Natureza, Lazer, Relações Públicas e Formação de Pessoal para seu desenvolvimento. São necessários o levantamento das características da Unidade e do seu entorno, aspectos ambientais, aspectos culturais, caracterização e interesses do visitante e a demanda, bem como, os recursos disponíveis na Unidade e na comunidade.

### 3.1 Educação ambiental

A Educação Ambiental é permeada pela Educação em um sentido mais amplo, entendida como processo que propicia ao indivíduo uma visão holística e profunda, que requer continuidade, através da qual atitudes e habilidades são desenvolvidas visando a atuação crítica e participativa perante as questões ambientais.

“La educación ambiental se concibe como un proceso permanente en el que los individuos y la colectividad cobran conciencia de su medio y adquieren los conocimientos, los valores, las competencias, la experiencia y, también, la voluntad capaces de hacer ciertos actuar, individual y colectivamente, para resolver los problemas actuales y futuros del medio ambiente”. (UNESCO - Congreso Internacional UNESCO-PNUMA sobre la Educación y La Formación Ambientales-Moscú-1987).

Os subprogramas de Educação Ambiental envolvem as seguintes estratégias: cursos para professores, grupos organizados, vigias e servidores da Unidade; produção de materiais didáticos; programas com estudantes; itinerários educativos; serviços de informatização; programas educativos para os meios de comunicação; programas educativos com as comunidades do entorno, dentre outras.

### 3.2 Interpretação da natureza

“La interpretación es la arte de explicar el lugar del hombre en su medio, con fin de incrementar la conciencia del visitante acerca de la importancia de esa interacción y despertar en él un deseo de contribuir a la conservación del medio ambiente” (ALDRIGE, 1973).

A interpretação da natureza poderá proporcionar um contato mais estreito do visitante com os recursos naturais e levá-lo a uma compreensão de sua interação com o meio, e da sua participação na conservação da Unidade.

Os subprogramas de interpretação da natureza compreendem as seguintes estratégias: trilhas interpretativas monitoradas e auto-guiadas; centro de visitantes; arboretos; viveiro de mudas; audiovisuais; exposições; publicações; demonstrações; datas comemorativas; palestras; bibliotecas, dentre outras.

### 3.3 Relações públicas

“Por Relações Públicas podemos entender como sendo um esforço planejado para influenciar a opinião pública através de uma boa e responsável atuação profissional baseada em uma satisfação mútua de comunicação entre o profissional e o público” (JESUS et alii 1987).

Os subprogramas de Relações Públicas compreendem as seguintes estratégias: integração com entidades ambientalistas; produção de material de divulgação; contatos com a comunidade circunvizinha; relacionamentos com lideranças e autoridades; apoio técnico-institucional à comunidade; incentivos à criação de associações ambientalistas; participação e/ou organização de eventos regionais junto à comunidade; formação de equipes multidisciplinares junto à comunidade; banco de audiovisuais, dentre outras.

### 3.4 Lazer

O estilo de vida na sociedade contemporânea leva o homem a ter necessidades pelas atividades de lazer, para a busca do relaxamento físico, mental e espiritual.

As Unidades de Conservação apresentam potencialidades de adaptação do meio para o uso específico, como áreas recreativas, que possibilitam as relações do homem com a natureza, atendendo suas necessidades de lazer (físico, cultural, turístico, social, manual, intelectual).

Para a adequação das Unidades para as atividades de lazer é importante a percepção dos valores estéticos e dos padrões de comportamento de lazer das comunidades em relação ao meio ambiente e espaços de uso público.

Nos subprogramas de lazer as estratégias compreendem: áreas de piquenique; parque infantil; pesca esportiva; natação; caminhadas; eventos especiais: música, campeonatos, gincanas; área esportiva: futebol, volei; circuito para ginástica, dentre outras.

### 3.5 Formação de pessoal

A formação de pessoal é uma atividade imprescindível para a implantação e desenvolvimento dos Programas de Uso Público.

A realização dessas atividades proporcionam ao pessoal técnico e de apoio condições técnicas, metodológicas, científicas, práticas, pedagógicas entre outras relativas ao meio ambiente, requerendo periodicidade e graus de complexidade crescente.

Nos subprogramas de formação de pessoal as atividades utilizadas compreendem: seminários; treinamentos; cursos de especialização; simpósios; reuniões técnicas; palestras; dentre outras.

## 4 RECURSOS DIDÁTICOS

Para se atingir os objetivos dos Programas de Uso Público faz-se necessário a utilização de diversos ele-

mentos como a aplicação de metodologias, estratégias, técnicas, conteúdos, formação de pessoal, recursos didáticos, entre outros.

Os recursos didáticos são materiais que auxiliam no processo ensino-aprendizagem e através deles a mensagem transmitida torna-se mais eficaz no sentido de traduzir a realidade das informações.

O planejamento destes recursos deve estar diretamente ligado aos objetivos dos subprogramas, sendo também necessário considerar alguns aspectos como o conteúdo a ser transmitido, as características do público-alvo (faixa etária, desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor, interesses, etc.); como também os recursos disponíveis na comunidade e na Unidade.

Na elaboração dos recursos didáticos o material, como um todo, deve dar a idéia global do assunto a ser tratado, evitando dessa forma que o público alvo tenha uma visão fragmentada das questões ambientais.

Existe uma grande variedade de recursos didáticos que são classificados em categorias. A classificação mais adequada à realidade dos Programas de Uso Público é a da UNESCO:

- a) experiências diretas com a realidade;
- b) auxiliares visuais; e
- c) auxiliares audiovisuais.

## 5 CONTEÚDO

O conteúdo de ensino segundo MARTINS (1985), constitui-se na parte da matéria-prima de um campo do conhecimento que leva em consideração informações, acontecimentos, leis, princípios, dentre outros.

Os conteúdos utilizados nos Programas de Uso Público devem estar diretamente relacionados aos objetivos propostos pelo programa.

Para a seleção dos conteúdos é necessário considerar: os aspectos da Unidade e da região; da comunidade do entorno; do visitante (nível sócio-econômico, desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor, faixa etária); bem como realizar a análise minuciosa do currículo escolar.

O conteúdo tem por finalidade possibilitar ao visitante a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades, no sentido de contribuir no processo da melhoria da qualidade de vida, através de um posicionamento crítico e participativo na resolução dos problemas ambientais da Unidade e da região.

## 6 MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Os meios de comunicação de massa devem ser amplamente utilizados nos programas de uso público, devido principalmente às suas características de difusores de informação rápida a um grande número de pessoas e também por se constituírem hoje nos veículos de formação da opinião pública.

Pode-se utilizá-los considerando-se dois aspectos:

- a) divulgação das atividades de uso público desenvolvidas, visando buscar a identificação da co-

- munidade com a Unidade, o que possibilita a adesão da mesma a tarefa de conservação; e
- b) como meio de difundir conhecimentos científicos sobre o meio ambiente e/ou sensibilizar o público sobre os problemas ambientais.

Assim, podemos utilizá-los para a divulgação dos eventos realizados com a contribuição dos técnicos das Unidades em programas executados pelos meios de comunicação, como por exemplo, programas radiofônicos ou televisivos, textos para jornais, etc.

Para que os resultados sejam maximizados, devemos atentar para a sua correta utilização, levando-se em conta principalmente três aspectos:

- a) as características de cada meio;
- b) o público-alvo; e
- c) a mensagem que queremos transmitir.

## 7 CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DAS UNIDADES

O entorno dessas Unidades é constituído pelas comunidades tradicionais, rurais e/ou urbanas, que direta ou indiretamente mantém algum vínculo com a Unidade.

A caracterização do entorno das Unidades de Conservação através do levantamento dos aspectos sócio-econômicos, históricos, culturais, ambientais e judiciários, subsidiarão o conhecimento do perfil das comunidades para a elaboração de programas de educação ambiental, laZER, interpretação e de outras atividades conservacionistas.

## 8 AVALIAÇÃO

A avaliação é o conjunto de técnicas utilizadas para verificar se os objetivos propostos no planejamento estão sendo atingidos.

As atividades dos Programas de Uso Público necessitam de um sistema de avaliação contínua, qualitativa e quantitativa sobre os métodos, as técnicas, os materiais e os instrumentos utilizados, como uma maneira de questionar a eficácia destes programas, para melhorá-los, dinamizá-los e multiplicá-los de acordo com os princípios e objetivos.

Para avaliar os programas implantados o educador/técnico poderá utilizar diversas técnicas:

- a) observação sistemática;
- b) conversas informais registradas em gravadores e diários;
- c) análise de documentos;
- d) roteiros de entrevistas;
- e) questionários abertos e fechados;
- f) análise de arquivos (jornais, revistas, fotografias, etc.); e
- g) registro sistemático de fotografias.

Os resultados obtidos fornecerão subsídios para a elaboração e publicação de pesquisas científicas e poderão servir de referência para outras Unidades.

## 9 PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO

O desenvolvimento de atividades de uso público é um campo recente no Brasil, portanto, torna-se de fundamental importância a realização de estudos e pesquisas. Como exemplo citamos:

- a) determinação da capacidade de carga dos diferentes tipos de floresta: quantidade de visitantes/área que a floresta é capaz de receber em determinado espaço sem que ocorra degradação ambiental;
- b) adequação de métodos e técnicas empregados em estudos similares;
- c) avaliação da influência que a recreação em áreas florestais exerce sobre o usuário (comportamento, emoções, atitudes, habilidades, etc.);
- d) definição do perfil do usuário através do levantamento de seus interesses, suas preferências e suas expectativas para a implantação dos programas adequadamente;
- e) definição de metodologia para estudos da comunidade do entorno das Unidades para que haja o envolvimento Unidade/público; e
- f) realização de levantamento quantitativo e qualitativo de informações e notícias divulgadas nos meios de comunicação sobre a conservação da natureza, as questões ambientais e a Unidade.

## 10 CLIENTELA

Cada Unidade possui um público meta diferenciado em função da sua localização regional, bem como das atividades que oferece.

Para a definição de estratégias a serem adotadas em cada Unidade, deve-se considerar o público-meta: seus interesses, suas expectativas, suas características, suas motivações, bem como as características ambientais regionais.

O público-meta dos programas de uso público, podem ser caracterizados: trabalhadores de extensão, líderes e autoridades da comunidade, comunidades isoladas ou tradicionais da Unidade, servidores da Unidade, estudantes de 1º, 2º e 3º graus; professores, grupos organizados, público em geral, pessoas proeminentes da comunidade, proprietários rurais, cooperativas, entidades institucionais, entidades religiosas, associações de classe, política administrativa e meios de comunicação.

## 11 INFRA-ESTRUTURA

### 11.1 Planejamento local

- Antes de se eleger uma área e instalar a Infra-estrutura com a finalidade de se implantar um Programa de Uso Público é fundamental se proceder o inventário.

- São parâmetros técnicos a serem considerados para o planejamento da implantação de infra-estrutura, os levantamentos acima citados, aliados às peculiaridades da área, às exigências da conservação e à demanda existente.

## 11.2 Instalações e equipamentos

- Para a viabilização dos programas de Uso Público, as Unidades deverão contar com instalações adequadas e suficientes, que atendam desta forma à demanda e às expectativas da comunidade, assegurando o cumprimento dos objetivos e metas dos programas.

- A implantação de uma área destinada ao uso público deverá interferir o mínimo possível nos aspectos naturais e culturais. Os materiais empregados na confecção dos equipamentos deverão ser combinados harmoniosamente a fim de se aproveitar as condições físicas da região e sua história arquitetônica.

## 11.3 Recursos humanos

Para a implantação e implementação dos programas de Uso Público das Unidades, faz-se necessário a formação de uma equipe qualificada em atividades educativas, administrativas, de manutenção, compondo desta forma o quadro funcional mínimo de atuação.

A multidisciplinaridade é importante para o planejamento e ampliação de perspectivas para o direcionamento dos programas.

## 11.4 Recursos financeiros

Para a implantação dos Programas de Uso Público e a continuidade de todo o processo como os estudos dos recursos naturais, a aquisição de materiais de consumo, de instalações e equipamentos, a manutenção, contratação de pessoal, requer uma dotação orçamentária contínua e suficiente para que sejam atingidos os objetivos específicos e gerais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- UNESCO, 1980. *La Educación Ambiental*. Las Grandes Orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Unesco (ed.), Paris.
- SPANGLE, P. & PUTNEY, A. D., 1974. *Planificación de Programas Interpretativos - Guia para la Preparación de Programas Interpretativos para Parques Nacionales*. Documento Técnico de Trabajo nº 18. Proyecto FAO-RLAT, IF - 199, Santiago, Chile.
- ALDRIDGE, D., 1973. Mejora de la interpretación de los Parques y la Comunicación con el Público. UICN (ed.) *Segunda Conferencia Mundial sobre Parques Nacionales, Yellowstone y Grand Leton, USA*, Informe nº 25.
- CAÑAL, P. & GARCIA, J. E. & PORLÁN, R., 1981. *Ecología y Escuela - Teoría y práctica de la educación ambiental*. Editorial Laia, Barcelona.
- MARTINS, J. P., 1985. *Princípios e Métodos de Orientação Educacional*. São Paulo. Atlas.